

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO NEODI SARETTA - Refere-se ao pacote do governo federal de medidas de socorro à suinocultura.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Exige reformas que promovam a redução do custo Brasil.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Analisa a situação dos hospitais públicos catarinenses.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Analisa as obras a serem realizadas pelo governo estadual com recursos oriundos do governo federal.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Solicita a reabertura do Hospital Santa Inês, de Balneário Camboriú.

Partidos Políticos

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda o anúncio da redução da Selic; pede a saída do ministro das Relações Exteriores.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Condena a atitude do deputado federal Paulo Maluf.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Analisa o prejuízo do estado com a saída de Leodegar Tiscoski da secretaria de Saneamento Ambiental; clama pela mudança do pacto federativo.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Exige a participação da união no financiamento da saúde; pede a inclusão da Interpraias nas obras a serem realizadas com o empréstimo de R\$ 3 milhões.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Não exime a união de dever participar do financiamento da saúde.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Apoia a luta do deputado Manoel Mota pela Interpraias.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Responsabiliza a estrutura do SUS pelo mau funcionamento da prestação do serviço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, retorno a esta tribuna para tratar mais uma vez de um assunto que tem sido abordado desta tribuna por mim e alguns outros parlamentares e que diz respeito à grave dificuldade por que estão passando os suinocultores catarinenses.

Hoje o governo federal deve anunciar um pacote de R\$ 200 milhões para socorrer a agricultura, o

que certamente vai dar um impulso à suinocultura. Talvez não seja o suficiente, mas podem desencadear ações que precisam e devem ser confirmadas para salvar o setor. Esses R\$ 200 milhões em créditos serão destinados aos supermercados, frigoríficos, agroindústrias e cooperativas para anteciparem os pedidos de final do ano, até para fazerem o estoque de carcaças, o que vai diminuir um pouco os estoques existentes.

Também está previsto o anúncio do pagamento de R\$ 0,40 por quilo de carne suína aos produtores, amenizando os prejuízos que estão tendo, além do adiamento do pagamento das dívidas das parcelas de custeio, que ficarão para janeiro de 2013, e das de investimento, para o último ano do contrato.

Assim, sr. presidente e srs. deputados, temos a expectativa de que essas mudanças e outras que poderão ser anunciadas ainda no dia de hoje, pelo ministro da Agricultura, poderão aliviar a situação dos suinocultores.

Já não é apenas o setor que está sofrendo, não é apenas a cadeia produtiva que amarga prejuízos, mas todas as comunidades onde a suinocultura tem força estão sofrendo. Diversos municípios de Santa Catarina decretaram estado de emergência em função da crise na suinocultura. É algo quase inédito no país, uma série de municípios decretarem estado de emergência em função da crise da suinocultura.

Gostaria de lembrar também que esse não é um problema relacionado apenas aos suinocultores, mas está ligado diretamente à economia catarinense, à permanência do homem no campo, à produção de alimentos para Santa Catarina, para o Brasil e para o mundo.

Portanto, continuamos preocupados com esse setor e solidarizamos-nos mais uma vez com os suinocultores. Hoje haverá algumas manifestações em Brasília no que se refere ao anunciado pelo ministério da Agricultura. A nossa expectativa é de que essas medidas possam aliviar o setor, mas outras devem ser tomadas no âmbito do estado de Santa Catarina. Inclusive, já está circulando na mídia propaganda institucional de divulgação da

carne suína, a fim de aumentar o consumo no mercado interno.

Sr. presidente e srs. deputados, queremos expressar o nosso desejo de que essa crise passe o quanto antes possível, para que os suinocultores retomem a produção a todo vapor, para terem o seu ganho econômico e manterem a sua atividade, produzindo alimentos. Porque hoje a carne suína evoluiu muito geneticamente e é até recomendada em função dos seus benefícios, das suas proteínas, para uma boa saúde.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Neodi Saretta! É importante o seu pronunciamento, tendo em vista a crise na suinocultura, que terá um remendo esta semana por parte da nossa presidenta.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Neodi Saretta, v.exa. fez seu pronunciamento com muito conhecimento sobre a grave situação da suinocultura no Brasil e, em especial, em Santa Catarina.

O planalto norte está sendo afetado seriamente por conta da crise que vem a cada dia alastrando-se mais e mais. Empresas que trabalham no sistema integrado nos procuraram na semana passada e estão na iminência de reduzir tanto o plantel como o número de produtores integrados, cuja família está toda envolvida no trabalho da criação de suínos.

Há um envolvimento também em toda a cadeia produtiva, desde a produção de grãos, milho e soja, até o desenvolvimento dos animais e, por consequência, dos frigoríficos, dos funcionários que trabalham no campo, dos atuam nos frigoríficos e daqueles que trabalham particularmente.

Portanto, estamos falando de uma preocupação que vai afetar a mão de obra, ou seja, vai tirar a oportunidade de trabalho de inúmeras famílias em Santa Catarina.

Mas quero lembrar que inúmeras vezes já nos pronunciamos por outros problemas pontuais, como a questão do setor moveleiro, do setor calçadista e do setor têxtil. A verdade é que estamos resolvendo problemas pontuais no Brasil, que precisa urgentemente de uma reforma em várias áreas. O ideal é começar pela reforma política para que depois fazer as outras reformas que afetam o custo Brasil: a tributária, a previdenciária, a trabalhista, entre outras. O custo Brasil está tão elevado que nossos produtos não estão conseguindo competir no mundo internacional com mercadorias oriundas da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos.

O Brasil tem um dos maiores custos de energia do mundo, a maior carga tributária e uma máquina pesadíssima, que consome praticamente mais de 96% dos recursos em despesas de custeio. Sobra muito pouco para investimento em infraestrutura, o que não permite que os produtos brasileiros consigam competir com os dos outros países. É necessário reduzir o custo energético, reduzir a burocracia, que consome muito dinheiro para as empresas, em especial para a indústria.

E não estou fazendo essa crítica apenas para este governo, isso faz parte do sistema brasileiro há muito tempo. Mas alguém tem que tomar essa decisão, e para criar condições volto a repetir a necessidade de reformas para diminuir o custo Brasil, o que permitirá maior investimento em rodovias, em ferrovias, em portos, em aeroportos.

Reconheço a primeira iniciativa neste sentido e entendo positiva, salutar, pois traz mais eficiência, mas é ainda tímida se levarmos em consideração o que está acontecendo nas rodovias brasileiras. O governo não vai ter condições de recuperar e fazer novas rodovias. Não há recursos suficientes para implantar ferrovias senão através de concessão, mas com agências reguladoras que de fato exijam das empresas que cumpram seus contratos. Aí, sim, teremos mais recursos para investimento em infraestrutura, a fim de fazer o Brasil crescer e ser mais competitivo.

Estamos crescendo, mas estamos crescendo timidamente. Poderíamos ter crescido mais e podemos crescer mais do que outros países se tornarmos o país mais eficiente, mais eficaz, mais ágil, mais competitivo. Isso depende da vontade e da decisão política das lideranças do Congresso Nacional. Mas não podemos esquecer que num sistema presidencialista isso vai acontecer na hora em que a presidenta fizer esse encaminhamento, porque ela tem uma grande maioria, o que lhe permite fazer essas reformas e dar mais competitividade ao país, senão continuaremos trabalhando com problemas pontuais: resolve-se um hoje, outro amanhã e vai-se amenizando, mas na conjuntura não nos tornamos mais competitivos.

Obviamente que se tivermos uma economia mais forte, a arrecadação se tornará ainda maior e permitirá fazer mais investimentos do que se faz hoje, em infraestrutura, em saneamento básico, em habitação, em assistência social, dando oportunidade àquelas famílias que não têm acesso aos direitos que a Constituição lhes assegura. Mas nós só podemos fazer isso se a economia crescer, caso contrário ficará sempre diminuta a capacidade tanto de investimento como de recursos para atender às necessidades básicas da população brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL, pela Rádio Alesc Digital e os que estão presentes nesta manhã de quinta-feira.

O deputado Volnei Morastoni já falou por duas vezes, inclusive na tarde de ontem, a respeito da audiência pública realizada na manhã de ontem neste Parlamento para discutir a situação dos hospitais públicos estaduais.

De todo o debate uma questão que chama atenção é o fato de que alguns diretores, chamados gestores, alguns gerentes, alguns cargos de chefia

desses estabelecimentos têm, nas últimas semanas, aparecido em público para manifestar posição contrária às políticas definidas pelo governo do estado através da secretaria da Saúde. E não só para manifestar posição contrária, mas especialmente para falar da real situação desses estabelecimentos.

Temos visto profissionais em cargos de chefia no Hospital Infantil Joana de Gusmão e em outros hospitais falando, através dos meios de comunicação, dos desmandos, por que não dizer, históricos nesses estabelecimentos. Por exemplo: o hospital infantil há seis anos pede a aquisição de um tomógrafo. O hospital infantil tem um tomógrafo e pede a aquisição de outro há seis anos, que ainda não foi comprado. Nenhuma iniciativa de aquisição foi feita. Como o tomógrafo existente estragou, agora o hospital ficou sem nenhum.

E aí se argumenta que a aquisição demora porque há o processo de licitação, porque alguma empresa que perde entra na Justiça e emperra mais o processo, porque o serviço público está muito engessado pela burocracia, que faltam funcionários. Estima-se, inclusive, que são necessários mais de dois mil servidores para fazer o sistema público estadual de saúde funcionar, como funcionava há dez, 15 anos. Não é para ser melhor, com mais espaço, mais leitos, mais salas cirúrgicas, não! É para funcionar como era há dez, 15 anos!

Poder-se-ia saber, há dez anos, quantos funcionários públicos seriam necessários em 2012 para fazer a saúde funcionar. Bastaria fazer o cálculo em cima do número de aposentadorias nesse período, ou um índice, um número de doentes, de falecimentos etc. Tudo isso é possível prever e planejar, mas não foi feito. Agora se diz que não dá para fazer porque o concurso público demora pelo menos um ano e a urgência é para amanhã. E o Ministério Público proíbe o contrato temporário.

Tem-se tornado moda nas últimas semanas falar deste assunto: a demora de concursos, a inviabilidade do concurso, a demora nos processos licitatórios, a corrupção nos referidos processos.

E nós, evidentemente, não queremos esconder como se isso não existisse, que isso não fosse o mal do serviço público em especial.

O que queremos argumentar é que se chegou a essa situação por falta de planejamento. E nós temos secretaria de estado do Planejamento e cada secretaria específica deve ter o seu diretor de planejamento, porém não se consegue planejar nada.

Então, chegamos à conclusão de que a falta de planejamento é deliberada, ou que não é uma falta de planejamento propriamente dita, é um planejamento para que a coisa seja dessa forma, para que dê errado. E também porque há outra proposta filosófica, outro princípio, outro objetivo programático que não está isento de ideologia: administrar de forma diferente os recursos públicos e os estabelecimentos públicos através da administração privada, as chamadas organizações sociais.

E não se diga que estou fazendo essa crítica ao governo do estado porque sou oposição, ela vale também para o governo federal. A Perícia Médica do INSS tem uma fila quilométrica e o ministério da Saúde tem agido da mesma forma nesse e em outros aspectos. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que dizem ser uma empresa pública, tem a lógica de uma empresa privada, ou seja, a lógica da rentabilidade. E a saúde das pessoas passa a ser medida em termos monetários. Por exemplo: a organização social de Curitiba que administra com dinheiro público o Hospital Materno-Infantil de Joinville, aberto a apenas dois anos, já fechou os dez leitos de queimados e o argumento é que não há retorno. Mas retorno para tratar de criancinhas queimadas? Qual é a lógica? A lógica é que aquela organização social recebe uma quantia "x" do governo do estado e administra esses recursos dentro da lógica do mercado e não dentro da lógica das necessidades humanas.

Para concluir esse tema, sr. presidente, o diretor técnico do Hospital Florianópolis, que há três anos está fechado, diz que o governo pretende abri-lo e entregá-lo para uma organização social administrá-lo com dinheiro público, evidentemente.

Ele veio à audiência pública de ontem e disse algumas coisas que são absolutamente contrárias à filosofia e à política do governo do estado e da secretaria de estado da Saúde. E os ventos do dia de hoje já dizem que a diretora do hospital recebeu do secretário a missão de exonerá-lo.

Nós vamos atrás dessa informação para confirmá-la ou não, porque arrotar democracia, mas não aceitar opinião divergente de um profissional que tem décadas de trabalho no estabelecimento e exonerá-lo por isso é um absurdo! É essa a democracia? Nós vamos verificar essa informação para voltarmos a esse assunto.

Restam-me somente 40 segundos, deputado Silvio Dreveck, e quero falar do susto que levei quando, há três semanas, uma agricultora de São Pedro de Alcântara me disse que está investindo recursos do BNDES - R\$ 1,5 milhão - para construir dois galpões para criar frangos. Um investimento de R\$ 1,5 milhão com certeza é mais do que o valor do terreno daquela família, que está assumindo inteira responsabilidade futura.

Então, precisamos voltar a esse debate para aprofundá-lo mais um pouco e dizer da irracionalidade, da irresponsabilidade, por que não dizer, de um organismo de fomento público como o BNDES de permitir que pessoas tomem um empréstimo no qual precisam empenhar mais do que construíram uma vida inteira, mais de uma geração, precisam empenhar todo o terreno...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro de Breves Comunicações, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, quero fazer uma referência especial a um momento que o Brasil vive, mas que abala muito Santa Catarina por conta das

dificuldades de arrecadação decorrentes da recessão econômica.

De qualquer maneira, cumprimento o governador Raimundo Colombo que preventivamente toma decisões importantes justamente para dar condições de recuperação e de promoção de novos investimentos em Santa Catarina. E quero destacar especificamente dois investimentos importantes. O primeiro é a oportunidade que as empresas do estado, que por alguma razão tiveram até o mês de junho dificuldade para honrar seus compromissos tributários em relação ao ICMS, têm de saldá-los pelo valor quase que original. Esse é o Revigorar IV, que se destina prioritariamente a apoiar as empresas já instaladas no estado.

Infelizmente, grande parte dos setores produtivos do nosso estado, desde as pequenas até as grandes empresas, está passando por muitas dificuldades, já que anos atrás buscaram recursos para fazer investimentos, receberam dinheiro emprestado com juro baixo, mas esse tal de juro baixo foi espoliando, foi pouco a pouco tirando o seu poder de investimento.

O Projeto Revigorar IV vai ser uma das ações de governo que darão oportunidade a um grande número de empresas de ressurgirem, de participarem do desenvolvimento que Santa Catarina precisa.

Outro grande investimento se refere à compensação pelas perdas que Santa Catarina e o Espírito Santo tiveram por conta da aprovação de resolução relativa às taxas de importação dos portos brasileiros. O governo federal propiciou ao nosso estado empréstimos com juros relativamente baixos para fazer investimento em várias áreas. Valores expressivos serão aplicados em áreas que há muito tempo a sociedade catarinense reivindicava. Haverá, por exemplo, um incremento de novas oito mil vagas nos presídios de Santa Catarina, o que, sem dúvida, vai melhorar a eficiência da segurança pública em nosso estado.

Também na área de assistência social teremos investimentos significativos, destacando-se que mais de 20% da população catarinense passa o mês com menos de meio salário mínimo. Isso significa

mais de 1,2 milhão de pessoas, ou seja, seguramente a metade dos catarinenses passa o mês, como já disse, com menos de meio salário mínimo.

Esses investimentos na área social atingem o grupo do Bolsa Família, atingem, principalmente, as pessoas com dificuldade de construir a sua casa. Se alguns anos atrás o que mais espoliava os mais pobres, os mais carentes, era a inflação, hoje é o aluguel. Na avaliação da secretaria da Assistência Social, o déficit habitacional passa de 150 mil famílias, que moram em algum lugar pagando aluguel a alguém. À medida que essas pessoas conseguirem construir a sua casa, esses recursos que hoje são destinados para o pagamento do aluguel poderão ser usados para o aumento do consumo da família, para a melhoria da sua alimentação, para a aquisição de roupas.

Dessa forma, esse investimento na área da habitação irá ajudar muitas pessoas a ter a sua casa própria e injetará mais recursos na economia, aumentando o movimento econômico e favorecendo o desenvolvimento.

Parte desses recursos será investida também na área da educação. Em Santa Catarina há 1.324 escolas estaduais, um grande número de alunos e de professores. Naturalmente que as nossas escolas precisam passar por melhorias na estrutura física, além da melhoria que já está tendo o salário dos professores, assunto esse do qual o secretário da Educação, professor Eduardo Deschamps, é justamente o maior defensor.

Mas precisamos também fazer investimentos na ampliação da estrutura física das escolas, na melhoria das suas instalações, colocando, por exemplo, ar-condicionado e computador.

Então, todas essas iniciativas do governo do estado são medidas preventivas e de estimulação à nossa economia, a fim de dar a todos os catarinenses a oportunidade de se desenvolver, gerando melhor qualidade de vida a todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, não vou precisar utilizar os dez minutos que me foram destinados, pois cinco serão suficiente.

Srs. deputados, queria abordar um tema mais ameno que foi tratado nesta Casa na segunda-feira à noite, em uma audiência pública de que participei e que tratou da Reserva Marinha do Arvoredo, no sentido de transformá-la em Parque Nacional Marinho do Arvoredo.

Infelizmente, não poderei porque estou envolvido, desde que saí de Itajaí pela manhã até chegar aqui, há poucos instantes, em resolver uma situação de saúde, um caso de urgência urgentíssima de uma paciente jovem, de 21 anos de idade, de Porto Belo, que nesta madrugada sofreu um acidente de moto, o que lhe causou um traumatismo crânio encefálico de graves proporções. Essa paciente está todas essas horas no pronto-socorro do Hospital Ruth Cardoso, em Balneário Camboriú, entubada, precisando de um leito de UTI e de uma cirurgia neurológica. No entanto, está nessa situação grave esperando ser transferida para uma UTI, uma vez que aquele hospital não oferece as condições adequadas de atendimento nessa área de neurocirurgia. Não existe neurocirurgião no corpo clínico do hospital. Então, não há como manter essa paciente internada lá, porque não possui várias especialistas no seu corpo clínico.

Todos têm acompanhado pela imprensa que o Hospital Ruth Cardoso passou recentemente por um grave processo em função da administração desastrosa da organização social Cruz Vermelha, do Rio Grande do Sul, que deixou um caminho nefasto, um rastro de problemas nos seis meses em que estive à frente daquela instituição hospitalar.

Com toda essa situação crítica, com CPI e tantas outras situações graves que ainda envolvem aquele hospital, os pacientes precisam da instituição, porque, infelizmente, desde o dia 29

de fevereiro o Hospital Santa Inês, de Balneário Camboriú, foi fechado. Um absurdo tanto da parte do município, que ao abrir o Hospital Ruth Cardoso deveria, na medida em que tivesse condições, ir assumindo cada vez mais os atendimentos nas várias especialidades de média complexidade, tendo seu corpo clínico completo e, de forma gradativa, progressiva, ir desativando, se fosse o caso, o Hospital Santa Inês.

Mas já foi um erro quando, em Balneário Camboriú, a secretaria municipal de Saúde decidiu ao mesmo tempo desativar o Hospital Santa Inês no final de fevereiro, quando a situação do Hospital Ruth Cardoso ainda estava passando por uma indefinição, instabilidade e insegurança.

Estamos desde então em contato com a secretaria municipal de Saúde, com o prefeito de Balneário Camboriú e com o secretário estadual de Saúde!

Quero aqui denunciar, porque acho uma absoluta falta de responsabilidade, numa região como a da Amfri - e estou-me referindo a Balneário Camboriú, que é um município de gestão plena, que tem toda uma responsabilidade com vários municípios -, fechar sumariamente o Hospital Santa Inês. Isso está repercutindo negativamente no atendimento aos pacientes, porque o Hospital Ruth Cardoso não dá conta da demanda e o Hospital Marieta Konder Bornhausen está no limite da sua capacidade de atendimento. Agora, inclusive, em função da construção de um anexo de 14 andares, tiveram que demolir o pronto-socorro e readequar os atendimentos. O próprio hospital expediu uma declaração aos prefeitos pedindo que, por favor, resolvessem os problemas nos próprios municípios, através da rede de atenção básica, das unidades de pronto atendimento, porque o hospital não está em condições de continuar recebendo o volume de pacientes de sempre.

Essa é mais uma razão, então, para que o Hospital Santa Inês abra suas portas, porque tem uma UTI e tem todas as instalações hospitalares adequadas que poderiam estar funcionando. Tudo isso tem sido relatado de forma pormenorizada para

a secretaria estadual de Saúde, que tem todas as informações e conhecimento dessa situação. No entanto, essa secretaria se omite de forma irresponsável, quando não assume uma posição para resolver uma situação grave como essa que estamos vivendo na Amfri, mais especialmente em Balneário Camboriú.

O Hospital Santa Inês sempre compartilhou os atendimentos da região com o Hospital Marieta Konder Bornhausen, mas com o seu fechamento estão acontecendo casos como o da paciente que acabo de relatar.

Há poucos minutos conversei com o dr. Mateus, plantonista do pronto-socorro do Hospital Ruth Cardoso, que disse estar há 48 horas trabalhando naquele hospital e que já recebeu três casos graves de traumatismo neurocirúrgico que não puderam ser atendidos e que dependem de transferência para outros hospitais, que também não têm vagas nas suas UTIs.

Portanto, estou aqui denunciando essa grave situação e fico perplexo com a passividade dos secretários municipais de Saúde da Amfri, que diante de uma situação como essa não tomam nenhuma providência, quando, na verdade, já deveriam ter exigido a abertura do Hospital Santa Inês, porque o acordo é que ele atenderia todos os casos de trauma, ortotrauma e neurotrauma, mas está lá fechado por irresponsabilidade das secretarias estadual e municipal da Saúde de Balneário Camboriú e dos secretários municipais da Saúde da Amfri.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até 11 minutos, número sugestivo.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Reno Caramori. O número 11, além de ser sugestivo, é também o número de um grande partido deste país que ajuda a administrar o Brasil. Lá em

São Paulo o deputado Paulo Maluf, correligionário do deputado Joares Ponticelli, disse que é mais comunista do que o ex-presidente Lula, porque ele não defende tanto os bancos e as multinacionais. Então, ele é nosso parceiro lá em São Paulo e será um grande cabo eleitoral de Fernando Haddad. E, convenhamos, não dá para menosprezar um cabo eleitoral que tem um milhão de votos, deputado Joares Ponticelli!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Apenas gostaria de lamentar que o deputado Paulo Maluf para fazer esse negócio tenha retirado de Santa Catarina a principal pasta que tínhamos no governo federal, a do Saneamento. Fazer acordo não há problemas, pois já fizemos várias parcerias. Agora, fazer com que Santa Catarina perdesse a secretaria de Saneamento por conta disso foi repugnante.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - É isso aí, deputado Joares Ponticelli, mas o ex-deputado Leodegar Tiscoski já se apaziguou, está indo para Londres com o ministro das Cidades estudar as questões de mobilidade. Está tudo em casa! As laranjas vão-se acomodando.

Mas uma coisa importante de ressaltar, em nome do nosso partido, tendo em vista que falo em nome do Partido dos Trabalhadores, é a queda da taxa de juros neste país. O Banco Central e o Conselho Monetário Nacional tomaram uma medida extremamente importante ao baixar os juros em mais 0,5%. São oito quedas consecutivas, deputado Reno Caramori, e é a menor taxa de juros da história do Brasil desde que vem sendo feito esse controle pela Selic.

A preocupação do governo Dilma Rousseff, do nosso ministro Guido Mantega e de todo conjunto de economistas que debatem as diretrizes econômicas do Brasil é muito clara nessa redução da taxa de juros, que, além de ser uma medida anti-inflacionária, serve para estimular a economia nacional.

Nós sabemos que o crescimento do PIB previsto no início do ano cairá pela metade. A previsão inicial era de 4,5% e os cálculos hoje mais otimistas apontam para um crescimento de, no máximo, 2,5%. No entanto, esse crescimento, se compararmos com o resto do mundo, é significativo. A verdade é que a crise internacional causa esse sintoma colateral na América Latina. Já no Brasil aponta para uma diretriz clara de que temos que nos adequar à conjuntura internacional.

Nos 17 países em que transita o euro, há 22% de desemprego, deputado Reno Caramori! Ontem, todos os canais de televisão e jornais nacionais mostraram a mobilização pública que está acontecendo na Espanha e na Grécia. Eu citei a Espanha porque é um dos países mais afetados recentemente. Lá chega a 27% o nível de desemprego na juventude.

Então, essa medida que o nosso governo toma de conter a inflação, baixando a taxa Selic, mostra claramente que estamos no caminho correto, mas que ela ainda precisa baixar mais. Com o advento dessa crise, o Brasil precisa avançar mais nesse contexto.

Eu, que sou um otimista - e aprendi a ter esse otimismo com o presidente Lula -, tenho a clareza de que a crise de 2008 foi pior do que a de agora, até porque não se previa uma crise tão abrupta. E o nosso presidente Lula a tratou como uma marolinha e o Brasil saiu dela gerando emprego. Porém, internacionalmente, ela continuou estendendo-se e eu diria que deverá, de acordo com todos os centros de pesquisa econômica, durar mais dois ou três anos.

De qualquer forma, o importante é que o Brasil está preparado para isso. Temos um colchão de reservas cambiais que é fundamental neste momento, que permite investimentos públicos para a geração de emprego e renda, fomentando a geração de emprego através do PAC da habitação e do PAC das máquinas, visando movimentar a economia com a produção de equipamentos pesados, ônibus e tantos outros que o governo federal está comprando para colocar à disposição dos municípios do país.

Por isso, ficamos extremamente tranquilos no sentido de dizer que o povo brasileiro, altivo como sempre foi, trabalhador e desafiador como sempre foi, continuará trabalhando na recuperação da economia deste país.

Quero também fazer um registro. A nossa presidenta da República - e se está nos jornais é porque isso já está sendo trabalhado e, de certa maneira, despertado - da mostras de que após as eleições deverá ocorrer uma reforma ministerial. E o primeiro ministério que está sendo citado é o das Relações Exteriores, do ministro Antônio de Aguiar Patriota.

Quero dizer o seguinte, deputado Reno Caramori: esse ministro já deveria ter sido decapitado! A presidenta não deveria nem aguardar as eleições, não! O resultado da Rio+20 poderia ter sido infinitamente melhor. Além disso, o governo federal não foi alertado para a gravidade do golpe que estava sendo planejado pelo Congresso contra o então presidente Fernando Lugo.

Estive acompanhando esse ministro no encontro dos Brics, na Índia. A postura dele e dos palestrantes brasileiros em muitos casos foi deplorável. O ministro Patriota não acompanhou adequadamente os representantes brasileiros que estavam nas mesas, porque o que foi registrado de dados incorretos em relação ao Brasil, nas questões econômicas, nas questões de energia renovável, o que foi dito lá em relação às telecomunicações, foi um absurdo!

Assim, como o ministro Patriota está na berlinda, que vá o quanto antes, porque ele não merece fazer parte daquele conjunto de ministros que tão bem representa a nossa presidenta Dilma Rousseff. Sua incompetência já passou dos limites!

Eu, que sou um deputado do Partido dos Trabalhadores, digo isso com muita tranquilidade, houve irresponsabilidade em relação ao Paraguai. Houve, eu diria, displicência em relação à Rio+20. Aquele evento foi bom, mas poderia ter sido muito melhor! Como normalmente dou nota 13 aos grandes eventos, darei ao Patriota nota três.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, catarinenses que nos assistem pela TVAl e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, parece que hoje é o dia, deputado Jailson Lima, de reclamarmos dos próprios companheiros. V.Exa. batendo no companheiro Patriota, assim como eu reclamei novamente do meu, infelizmente, correligionário Paulo Maluf, que por conta de interesses em São Paulo causou um prejuízo sem tamanho a Santa Catarina, deputada Dirce Heiderscheidt, quando retirou das mãos de um catarinense digno, ex-deputado Leodegar Tiscoski, uma secretaria que carregou milhões de reais para dezenas de municípios de Santa Catarina, para tratar de uma área extremamente essencial, necessária, vital, que é a área do saneamento básico.

Deputada Angela Albino, o poder público durante anos negligenciou, foi omissa, foi irresponsável no tratamento do tema do saneamento. Mas agora, com Tiscoski na secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, estávamos a passos largos recuperando o tempo e produzindo investimentos vultosos na área. Os municípios com mais de 50 mil habitantes, a grande maioria deles recebeu investimentos graças à presença de Leodegar Tiscoski. Era uma secretaria mais importante do que muitos ministérios do governo federal. E, infelizmente, por conta desse episódio de Paulo Maluf com Lula, Santa Catarina perdeu esse espaço.

É verdade que o nosso correligionário Leodegar Tiscoski continua numa pasta do governo federal também importante. Entendo que saneamento ambiental é prioridade, estávamos avançando nessa área e não tenho dúvida de que esse preposto de Maluf não dará a mesma atenção que vínhamos

recebendo, até porque nem sei quais são as intenções de Paulo Maluf em ter colocado um preposto lá.

Então, quero lavrar mais uma vez o meu protesto, porque também tenho a coragem de dizer que mesmo sendo ele membro do nosso partido, infelizmente causou um estrago grande para Santa Catarina.

Mas outro assunto que quero abordar, neste curto espaço de hoje, e até pegando um gancho na manifestação do deputado Volnei Morastoni, refere-se à saúde. Entendo que precisamos ampliar esse debate para que esta Assembleia se posicione fortemente no sentido de que o mínimo constitucional do governo federal também seja cumprido.

O que estamos vendo hoje, deputado Nilso Berlanda, são municípios, acredito que a sua totalidade, deputada Angela Albino, investindo mais que 15%. Duvido que haja um só município, deputados Dado Cherem e Serafim Venzon, que não cumpra os 15% estabelecidos na Constituição. Os municípios - e ontem assim dizia o prefeito Guinga, de Siderópolis, que é presidente da Fecam - estão investindo de 20% a 25%, deputado Nilson Berlanda, para cumprir as suas obrigações na área da saúde.

O estado, deputado Manoel Mota, já ultrapassa os 12%, que é o mínimo constitucional. E a união, que deveria investir 10%, é o que a mesma Constituição diz, não chega a 6%. Aí está o "x" da questão.

Por isso, quero o debate aqui numa linha de cobrança coerente, de cobrança de todos. Todos sabem, deputado Sandro Silva, que a grande concentração da receita pública do Brasil está no governo central. Quase 70% de tudo que se arrecada fica com o governo federal. Foi promovida uma inversão. Ou efetivamente clamamos alto pela revisão do pacto federativo, pela inversão dessa distorção, ou vamos continuar assistindo a estados e municípios, deputado Silvio Dreveck, a caminho da falência, não conseguindo mais cumprir suas obrigações, porque a todo-poderosa união arrecada

cada vez mais, fica cada vez mais com o bônus e distribui o ônus para os demais entes federados.

Essa crítica, deputado Neodi Saretta, não é à presidente Dilma, não! Não é à presidente Dilma, a quem tenho elogiado pelas ações corajosas. Esse modelo está falido. Esse modelo se agravou, deputado Dirce Heiderscheidt, e vem prejudicando os estados e municípios desde a promulgação da Constituição de 1988. É aí que está o nascedouro dessa distorção, porque a união, de lá para cá, vem fazendo a sua reforma tributária, deputado Serafim Venzon, criando taxas e contribuições que não precisa dividir com os outros entes. É por isso que a grande concentração da receita pública está lá, ao passo que a grande parcela dos serviços que tem que ser prestados ao cidadão é transferida para estados e municípios.

Os estados e municípios não aguentam mais! Esse processo não vai dar certo. Esse processo vai estourar daqui a pouco. Nós estamos agora no momento de fazer esse debate. É preciso que haja essa inversão. O Congresso Nacional precisa ser corajoso, precisa bater forte na mesa. Os governadores também precisam sê-lo, também precisam fazer a sua parte, como eu dizia ontem para o secretário Nelson Serpa, da Fazenda.

Na próxima reunião do Confaz parece que os secretários da Fazenda vão começar a bater forte para que seja revisado esse modelo, porque o atual modelo está falido, não dá mais certo, deputado Silvio Dreveck. É preciso revisar.

Vemos os candidatos iniciando todo o processo para entrar na campanha. Aqueles que já têm militância estão preparados para o que vão enfrentar, mas às vezes eu fico olhando para um candidato marinheiro de primeira viagem, como se diz, que não imagina o tamanho da responsabilidade que vai ter que assumir, com as limitações financeiras que vai encontrar.

E é por isso que nós precisamos, para o bem da democracia, da justiça social, clamar cada vez mais alto pela revisão do pacto federativo, porque não vamos muito longe com o modelo que aí está.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Minutos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Não havendo deputados do PSD que queiram fazer uso da palavra, passaremos ao horário destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, estava acompanhando atentamente o pronunciamento do eminente deputado Volnei Morastoni, que todos os dias critica o governo do estado pela atuação na área da saúde. Ouvi o eminente deputado Joares Ponticelli, que também levantou essa questão.

O estado vem cumprindo religiosamente a Constituição. Os municípios estão cumprindo o que a Constituição determina. Quero saber qual é o papel da união em relação à esperada Emenda n. 29, que ia resolver o problema, mas que não está sendo cumprida. Em relação ao SUS, faz 15 anos que a tabela não é corrigida e os hospitais estão-se deteriorando.

Então, é preciso, sim, rever esse modelo de saúde que vem de cima para baixo e nós temos que engolir, mas de lá não sai dinheiro, ou seja, de onde está o mapa da mina. É preciso, sim, levantar essas questões até para que a sociedade saiba de onde sai o dinheiro da saúde. O dinheiro da saúde está saindo do estado e dos municípios! Existem municípios que estão gastando 20%, 25% do seu Orçamento! Por quê? Porque não há como evitar isso, pois quem detém o dinheiro não está repassando-o para cumprir as obrigações em relação à saúde.

Então, esse modelo tem ser repensado porque não está dando certo. Lá se criam taxas sem divisão aos estados e municípios, apesar de a receita estar cada vez maior. Como ficam os estados e os municípios? Se a arrecadação cair, como os novos prefeitos irão assumir e

administrar? O dinheiro está com a união e para arrancar de lá é muito difícil a não ser em grandes financiamentos.

Este é o modelo que precisa mudar: ou fazemos um novo pacto federativo e uma reforma tributária ou o país vai ser governado lá de Brasília, não nos estados e municípios.

Tenho 30 anos de vida pública e estou vendo que cada dia mais ninguém abre mão de nada. A união não abre mão de nada nem para dar alguns espaços aos estados e aos municípios, a não ser financiamento.

Então, precisamos fazer uma discussão muito profunda na questão da saúde. Não é só vir aqui colocar os problemas nos hospitais, nos estados, nos municípios, enquanto o problema está na união, e lá não se mexe.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Deputado, v.exa. tem razão! A união tem que colocar mais dinheiro na saúde. Por isso estamos irmanados num grande movimento nacional por um projeto de iniciativa popular para que 10% da receita bruta corrente do país sejam destinados para a saúde. Era o que esperávamos em dezembro quando a Emenda Constitucional n. 29, que regulamenta o financiamento da saúde, estava em discussão e votação. Infelizmente a decisão ficou aquém disso.

Então, não abrimos mão, suprapartidariamente, desse grande movimento no qual esta Casa está empenhada juntamente com a Associação Catarinense de Medicina, com todo o movimento social da saúde e com centenas de entidades em âmbito nacional.

V.Exa. tem toda razão quando diz que é necessário haver uma descentralização maior de recursos, com correção ou não da tabela do SUS. Mas, por outro lado, gostaria que entendesse uma posição sobre os pronunciamentos que tenho feito aqui. Hoje, pela manhã, pronunciei-me sobre uma situação grave em Balneário Camboriú, e trata-se apenas de um reordenamento de serviços entre hospitais que também depende de um sinal verde, de

um compromisso por parte da secretaria da Saúde, que acompanha por mais de seis meses essa situação com uma passividade de irritar.

Por outro lado, temos os recursos do Revigorar III, programa aprovado no ano passado por esta Casa. O art. 6º do Revigorar deixa bastante claro que seus recursos são destinados à saúde. São mais de R\$ 200 milhões, e com toda essa situação grave por que passa a área da saúde, menos de 10% desses recursos foram repassados.

Enquanto isso, a secretaria da Fazenda está sentada em cima desse dinheiro. Estou falando em defesa da secretaria de estado da Saúde, que não está recebendo os recursos devidos e que deveria ter recebido os R\$ 200 milhões do Revigorar III para atender a essa gama de pedidos que vêm de todo o estado.

Também estava referindo-me ao Fundo Social e aos fundos do Seitec, que são formados pela receita corrente, e sobre essa receita tem que incidir primeiro os 12% para a saúde. São mais de R\$ 5 milhões por mês que deixam de ir para a saúde. Não quer dizer que o Fundo Social e os fundos do Seitec não sejam importantes, mas não podem retirar dinheiro da saúde.

Então, deputado Manoel Mota, v.exa. tem razão em parte quando conclama que a união tem que colocar mais dinheiro na saúde. Agora, o governo do estado tem que fazer a sua parte, com pequenas lições como essa de simplesmente ajudar a resolver o impasse de Balneário Camboriú para abrir o Hospital Santa Inês ou a questão de direcionar os recursos destinados à saúde para a saúde.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quando v.exa. admite que a união não cumpre os 10% que a Constituição determina e que a Emenda Constitucional n. 29, tão esperada, ficou muito aquém do desejado, começamos a entender-nos.

Esse debate é importante porque quem ganha é a sociedade catarinense. A questão do SUS precisa ser corrigida. É uma vergonha para nós, parlamentares, vermos a situação dos pequenos hospitais. Ontem, fiz um apelo para que saísse algum recurso do Revigorar III, a fim de que eles

possam sobreviver e resolver os problemas mais imediatos.

Esse debate é importante, repito, e precisamos ver o que falta e o que podemos fazer para melhorar a saúde como um todo. Eu sinto que o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, tem feito tudo o que pode para manter os hospitais em funcionamento. E gostei da inclusão da união no debate.

Mas quero aqui, com muita honra, dizer que foi feito um trabalho extraordinário na comissão de Finanças e Tributação. Anteontem estivemos com o governador Raimundo Colombo e com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira para tratar exclusivamente do projeto dos R\$ 3 milhões destinados a Santa Catarina.

A presidente Dilma Rousseff abriu a possibilidade de Santa Catarina ser contemplada com esse valor, como compensação pelo prejuízo decorrente da Resolução n. 72, que chega perto de R\$ 1 bilhão. Então, estão vindo R\$ 3 milhões para compensar essa perda, mas esse valor não virá a fundo perdido, é um empréstimo e o governo terá que o pagar oportunamente. É importante, sim, não estou dizendo que não é, mas o governo terá que pagá-lo.

E dentro dessa linha, ontem me ative a um sonho do sul do estado. Há 29 anos foi criada a Sulcatur exclusivamente para tratar da Interpraias. O projeto de engenharia está pronto, foi feito no governo Paulo Afonso e a SC Par fez toda a correção. Esse é um projeto de primeiro mundo e esses R\$ 3 milhões se destinam exatamente a obras que tenham projeto pronto.

Eu e o deputado José Milton Scheffer, assim como os demais deputados do sul, procuramos contemplar a Interpraias em todos os momentos e ouvimos do governador, do vice e do secretário de Infraestrutura que há possibilidade da Interpraias ser contemplada dentre desses R\$ 3 bilhões.

Fico feliz, estou aqui há 29 anos e desde que fui prefeito venho trabalhando para viabilizar a Interpraias. Diminuí um pouco o ritmo por causa da BR-101, pois tive que responder a vários processos

em função daquela rodovia, mas agora tenho fôlego suficiente para trabalhar dia e noite. Trata-se de uma obra de resposta e como esses recursos vão ser pagos, as obras precisam apresentar resultado positivo.

A Interpraias vai agregar os balneários do sul do estado, logo, tem um potencial sem limite. Vamos transformar o sul num grande polo turístico de Santa Catarina. O sul vai viver um novo momento, porque a Estrada do Mar, no Rio Grande do Sul, alavancou o crescimento de toda uma região. Um terreno de praia ao longo daquela estrada está custando R\$ 200 mil, ao passo que custava R\$ 25 mil.

Portanto, a Interpraias vai transformar tudo, vai gerar emprego, renda e qualidade de vida à população. Será a maior indústria do sul do estado, a indústria sem chaminé, que é o turismo.

Agora é preciso trabalhar. Temos oito deputados e todos caminham dentro dessa linha que venho trabalhando desde que fui prefeito de Araranguá. Hoje vejo a luz acesa, estou feliz, radiante, porque a Interpraias beneficiará o povo do sul, desenvolverá aquela região que é a mais pobre de Santa Catarina. Hoje a região serrana cresceu um pouquinho mais e nós passamos a ser a mais pobre do estado.

Deputado Valmir Comin, qualquer projeto importante para a região serrana e para a região sul, não quero nem saber quem é o autor, eu apoio. Hoje temos a BR-101, que é uma realidade; em setembro será aberto o aeroporto de Jaguaruna, outra realidade; o porto de Imbituba está recebendo mais de R\$ 300 milhões em investimentos para aumentar o calado e poder receber grandes navios. É necessário que a esse tripé de desenvolvimento junte-se agora a Interpraias. Esses R\$ 3 milhões, que são um empréstimo, precisam ser investidos em obras que apresentem tragam resultado e resposta. Por isso temos convicção de que essa obra é fundamental para levar desenvolvimento turístico para a região.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ouço o deputado Valmir Comin, com muita honra, pois certamente contribuirá com nosso pronunciamento.

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Manoel Mota, v.exa., que é vice-presidente da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano e que conosco é membro também da comissão de Finanças e Tributação da Casa, deve ter o lombo muito lanhado em função das ações de que foi alvo por conta da sua atuação no caso da BR-101. Espero que no caso da Interpraias isso não ocorra, mesmo porque o governo sinaliza positivamente, não apenas com relação à Interpraias, mas na direção da conclusão do anel de contorno viário de Criciúma.

Evidentemente que todas as rodovias integradas darão uma segurança jurídica para que os investidores possam realmente sentir-se atraídos a no sul do estado investir. Quem sabe assim possamos diminuir um pouco o distanciamento que há em termos de desenvolvimento com o norte do estado, que cresce praticamente em paralelo com o PIB da China.

Por essa razão, parablenzo v.exa. por ter sido sempre um guerreiro nessas lutas e que agora está "lincado" quase que exclusivamente na questão da Interpraias.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer, deputado Valmir Comin, v.exa. tem sido fundamental no tratamento das ações em prol do sul, assim como o deputado José Milton Scheffer e os demais.

Então, este é um momento ímpar para a região sul e precisamos unir forças - os empresários, os políticos e a população - porque devemos fazer um grande debate para viabilizar definitivamente a Interpraias e assegurar que talvez a maior indústria se instale em nossa região: a indústria turística.

Então, é preciso trabalhar, ter paciência. E ainda bem que aquele povo já me deu muitos mandatos para que eu nunca tirasse o time de campo até marcar os gols necessários. Em cima da BR-101 trabalhei mais de 20 anos, agora a Interpraias já

está em 29 anos e esperamos que nos 30 anos a colheita...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero cumprimentar o nosso líder, deputado Dado Cherem, que me concedeu este espaço justamente porque não quis fazer um aparte ao deputado Volnei Morastoni e ao deputado Manoel Mota, quando se referiram à questão da saúde, após o relato dramático do deputado Volnei Morastoni.

No meu entendimento, grande parte do mau funcionamento da saúde em Santa Catarina e, talvez, no Brasil é que a estrutura elaborada pelo SUS criou um excesso de padrões, criou um excesso de burocracia e fez com que o secretário estadual da Saúde, que em nome do governador é o responsável primeiro pela saúde dos catarinenses, não tivesse poder sobre todos os procedimentos de saúde pública em seu estado.

No estado de Santa Catarina, hoje, existem 25 gestões paralelas à gestão do estado, entre elas Blumenau, Brusque, Lages e Criciúma. Nessas cidades existe um secretário municipal que é quem determina todas as ações não só no seu município, mas na sua região. Essas 25 gestões tiram a autoridade do secretário de estado.

E falo com conhecimento de causa. A região de Brusque, por exemplo, em que os recursos públicos que vem à secretaria municipal destinados a atender a média complexidade dos municípios de Guabiruba, Botuverá e Brusque, na verdade são utilizados apenas em Brusque. Os pacientes de Botuverá e Guabiruba são atendidos não por direito, mas por misericórdia, por caridade! São as chamadas gestões plenas.

Eu já disse ao governador Raimundo Colombo e ao secretário Dalmo Claro de Oliveira que, se pudesse, a primeira coisa que o governador Raimundo Colombo deveria fazer junto ao SUS é extinguir as 25 gestões plenas. Porque a única coisa que o secretário estadual da Saúde pode fazer é encaminhar dinheiro, mas não consegue interferir na gestão.

Então, sinceramente, esse modelo que o SUS tem está equivocado. Por quê? Porque os municípios que estão em gestão plena e que deveriam atender os circunvizinhos não o fazem, apesar de receberem os recursos que seriam destinados a eles.

Catarina recebe menos de *per capita* do que o Rio Grande do Sul e o Paraná? Porque aqui os doentes, onde há gestão plena, não vêm sendo atendidos, o que gera uma média histórica pequena. No dia 1º de julho, por exemplo, foi depositado em todas as secretarias municipais em gestão plena o volume de recursos que gastaram no ano passado. Assim, se no ano passado por qualquer razão economizaram e não atenderam aos pacientes, este ano receberam menos. E como neste ano eles tendem a economizar, transferindo doentes para a capital, no ano que vem receberão menos ainda.

Por isso é que a média histórica *per capita* de Santa Catarina é menor do que a do Rio Grande do Sul e do Paraná, sr. presidente.

O fato é que em Santa Catarina, por várias razões, os doentes são transferidos do interior para a capital, onde entram na fila, alguns morrem, outros desistem ou pagam do próprio bolso. Mas quem paga as AIHs - Autorizações de Internamento Hospitalar -, mesmo sendo pouco, não é o estado, nem os municípios, é a união. O que precisamos é fazer com que o estado e os municípios ajudem a complementar a tabela de AIHs, a fim de que o doente seja atendido no interior, na sua cidade em vez de ser transferido para a capital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0689/2012 e 0690/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0691/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0692/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0693/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 0694/2012, de autoria da deputada Angela Albino.

Pedido de Informação n. 0059/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda, a ser enviado ao secretário da Agricultura e da Pesca e ao presidente da Cidasc, solicitando informações sobre onde, quando e como estão sendo executados os serviços de inspeção e fiscalização da produção e comercialização dos produtos de origem animal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.